



VIII Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância

Estudo Appreciativo da Governança do Marco Legal da Primeira Infância

Cristina Kiomi Mori

03/10/2019

Sumário executivo



1. Sobre o estudo
2. Principais achados
3. Institucionalidade, perfil e trajetórias
4. Importância e força dos comitês
5. Reflexos da governança “na ponta”
6. Boas práticas
7. Desafios
8. Conclusões

Sobre o estudo

Análise preliminar sobre a **constituição dos Comitês Intersectoriais da Política Integrada para a Primeira Infância nas diversas esferas governamentais.**

Implementar o Marco Legal da PI através dos comitês para **promover a integração entre as políticas setoriais** e, desta forma, **efetivar uma política pública de atenção integral e integrada ao desenvolvimento infantil.**

O foco do estudo foram **boas práticas e desafios comumente enfrentados** na trajetória de amadurecimento dos comitês, a partir de casos reais.



Intersetorialidade

ARTICULAÇÃO: superar fragmentação para otimizar recursos, aumentar efetividade e eficácia na solução de problemas públicos

COMPLEXIDADE devido à multicausalidade/ multidimensionalidade e influência do contexto específico do território

LIMITES: dificuldade de diálogo entre atores e de substituir práticas arraigadas

MARCONDES, M.M.; SANDIM, T.L., DINIZ, A.P.R. *Transversalidade e intersectorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro*. In: *Administração Pública e Gestão Social*, 10(1), jan-mar. 2018, 22-33.



Estudo apreciativo

Avançar a partir da investigação dos **SUCESSOS** obtidos

- Foco no que deu certo e está funcionando
- Trabalhar em direção àquilo que se deseja a partir de pequenos sucessos
- Organizações como “mistérios a ser apreciados”
- Interesse no que gera vida no sistema, e não nos problemas

COOPERRIDER, D. & SRIVASTVA, S.; BUSHE, Gervase. Foundations of Appreciative Inquiry: History, Criticism and Potential. In: AI Practitioner, Feb 2012, v. 14, n. 1, 8-20.



Esfera de atuação dos comitês estudados

Governo Federal

Região de Jundiaí (SP)

Estado de São Paulo

Município de São Paulo

Principais achados

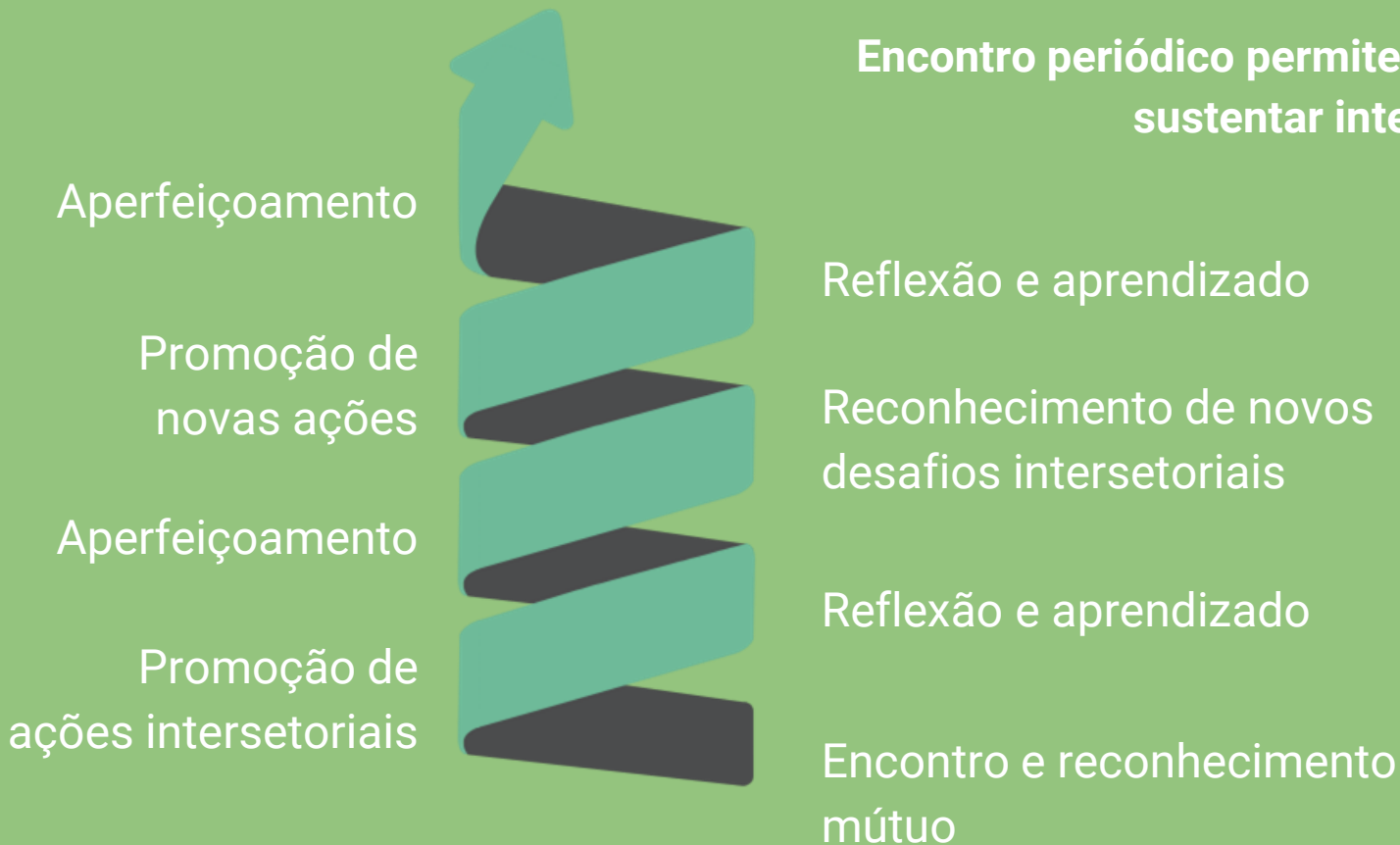
- Comitês são espaços importantes para a promoção da intersetorialidade
- Desafio comum: promover intersetorialidade “na ponta” (atuação das equipes de atendimento)
- Intersectorialidade vai se tornando mais tangível quanto mais perto do território
- Atuação de comitês em cada instância federativa e nos gabinetes é importante para conferir diretrizes e condições efetivas à atuação finalística intersectorial



Principais achados

Abordagem intersetorial parece amadurecer em ciclos sucessivos

Encontro periódico permite amadurecer e sustentar intersectorialidade



Principais achados

Comitês desenvolvem estratégias para promover visão intersetorial

- Participação conjunta em oficinas, cursos e seminários
- Constante troca de boas práticas e novidades
- Realização de atividades que demandam elaboração conjunta
 - Diagnósticos, planos
 - Eventos, visitas
 - Guias, materiais formativos





Institucionalidade, perfil e trajetórias

O que diz o Marco Legal - Lei 13.257/mar 2016

Art. 6º A Política Nacional Integrada para a primeira infância será **formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial** que **articule as diversas políticas setoriais** a partir de uma **visão abrangente de todos os direitos** da criança na primeira infância.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **poderão** instituir, nos respectivos âmbitos, **comitê intersetorial de políticas públicas** para a primeira infância com a finalidade de **assegurar a articulação das ações** voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, **garantida a participação social** por meio dos conselhos de direitos.



Perfil de cada comitê

Federal

Criança Feliz
Decreto

Ativo (ago/2019)
Mensal



- **Cidadania**, Saúde, Educação, DH, Cultura

Estadual

Criança Feliz
Decreto

Ativo
Mensal



- **Des Social**, Saúde, Educação, CC, Cultura, Justiça, Condeca, Cadúnico, Fundo Social de Solidariedade, FMCSV, Conseas

Regional

SPPI
Informal

Ativo
Mensal



- **Rotativa**
- Saúde, Des. Social + 7 comitês municipais

Municipal

Política PI
Lei + Resolução

Ativos
Ad-hoc (Secret.)
Semanal (G. Técnico)
Mensal (Regionais)



- **Governo**, Saúde, Educ, Assistência, Inovação, DH + outras
- GT: + soc civil, CMDCA, Conselhos tutelares
- Reg.: 3 + C. Tutelares

Como funcionam

Os comitês possuem trajetórias diferentes de constituição e funcionamento, e isso se reflete em diferentes níveis de maturidade

Todos contam com a efetiva participação dos membros formalmente designados, exceto os que preveem participação da Secretaria Estadual de Educação

Os processos de planejamento, deliberação e encaminhamento de ações fluem por meio dos próprios integrantes a partir das reuniões

No município de São Paulo, Grupo Técnico realiza reuniões frequentes e aciona sob demanda Comitê Gestor do Município, formado por secretários

Diálogo intersetorial e visão compartilhada



Importância e força dos comitês

Principal espaço de discussão e promoção de intersectorialidade em seus contextos

Jundiaí: caráter regional fortalece comitês municipais, sustentando o Programa

Possuem forte engajamento de seus membros

Institucionalidade e força política traz avanços rápidos para integração “na ponta” no Município de São Paulo

Reflexos da estrutura de governança “na ponta”

Incorporação de ações de outros setores nos territórios (ex.: Cultura - brincadeiras tradicionais, usos das antigas Praças CEU)

Ampliação da percepção da sociedade e lideranças políticas sobre a agenda a partir de eventos realizados anualmente (Semana do Bebê, Semana Internacional do Brincar)

Ampliação da percepção de profissionais sobre a necessidade de atuação complementar entre equipes das diferentes secretarias (formação conjunta)

Creches começam a aceitar oferecer às crianças leite materno trazido pela mãe. Em Ilhabela (SP), conversa com os dois principais empregadores garantiu liberação dos pais para participarem das reuniões

Percurso para chegar na ponta



Sensibilizar

Prefeitos para priorização da Primeira Infância e criação de comitês municipais

Apoiar a integração

de comitês intersetoriais instituídos para cada programa em Comitês da Política para Primeira Infância

Apoiar a elaboração

de planos municipais para dar concretude às ações

Integrar bases de dados

setoriais para melhor diagnóstico e intervenção

Formalizar o atendimento em rede,

sobretudo em grandes centros urbanos e metrópoles

Apoiar a formação

intersetorial de equipes de atendimento

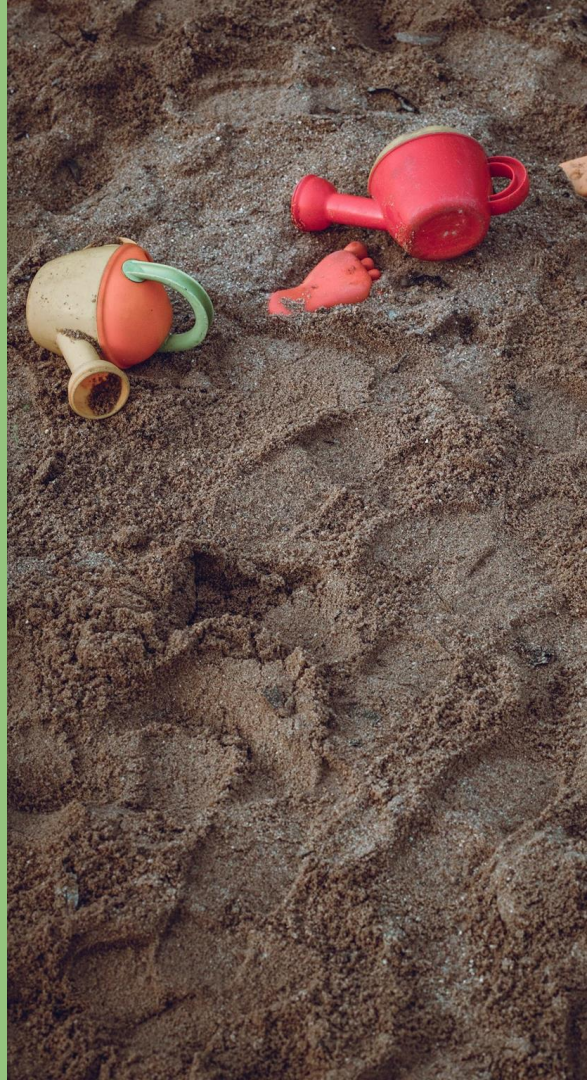
Boas práticas: Geral, Federal e Estadual

- Definir conjuntamente o propósito do comitê, com apoio de oficinas, cursos, seminários sobre DPI e intersetorialidade, com participação de todas as secretarias
- Iniciar diálogo intersetorial a partir do comitê existente, mesmo que seja de um único programa
- Sair da mesa e conhecer o território
- Realizar eventos conjuntos
- Elaborar materiais de formação em conjunto



Boas práticas - Estadual

1. Realização de reuniões em sistema de rodízio: cada mês em uma Secretaria
2. Estabelecimento de regimento interno para garantir presença de titulares
3. Execução de todas as etapas de elaboração do plano:
 - Diagnóstico da situação da Primeira Infância na área abrangida
 - Diagnóstico territorial (diferenças entre regiões)
 - Matriz intersetorial (ações de cada secretaria e suas interfaces)
 - Planejamento do monitoramento das ações

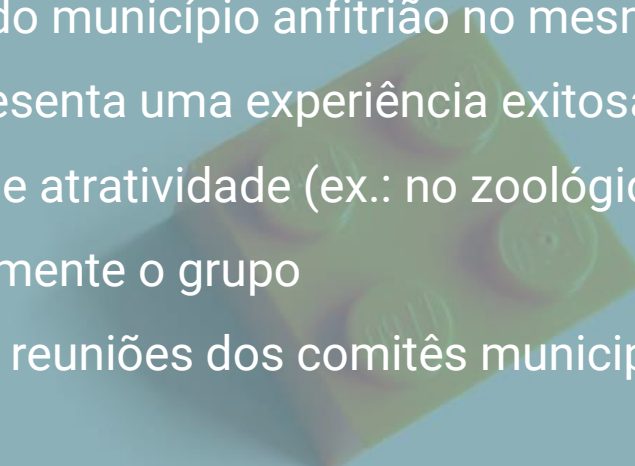


Boas práticas - Estadual

4. Produção de material de orientação aos municípios para instituírem seus comitês (com e sem apoio do Prefeito)
5. Promover que Agentes Comunitários de Saúde e Visitadores do Criança Feliz se reúnam para entenderem seus papéis
6. Diálogo técnico com parlamentares interessados em propor Projeto de Lei para Primeira Infância
7. Articulação com financiadores privados para atualização do índice de desenvolvimento de primeira infância do Estado
8. Produção de vídeos rápidos para engajamento - ex. Secretária do Estado parabenizando equipes do Criança Feliz por prêmio internacional



Boas práticas - Regional

1. Composição do comitê: representantes dos 7 municípios, sendo 1 articulador + 3 (saúde, assistência e educação)
 2. Reuniões anfitriadas por um dos municípios membro a cada mês
 3. Agenda com Prefeito e/ou Secretário(s) do município anfitrião no mesmo dia
 4. Em cada reunião, município anfitrião apresenta uma experiência exitosa
 5. Reuniões com acolhimento, aprendizado e atratividade (ex.: no zoológico)
 6. Articuladora regional engaja permanentemente o grupo
 7. Participação da articuladora regional nas reuniões dos comitês municipais (um município diferente por mês)
 8. Mapeamento das ações de cada Secretaria para início de construção de Planos Municipais
- 

Boas práticas - Regional

9. Oficina de Apoio Técnico ao final de cada ano

- Feira de boas práticas. Aplicam o que “compraram”
- Atualização em DPI, balanço e planejamento anual

9. Café da manhã com novos Prefeitos

10. Constante interlocução com Secretários e Prefeitos

11. Eventos conjuntos (região e municípios): Semana do Bebê, Semana Mundial do Brincar



Boas práticas - Municipal

1. Prioridade de governo: arcabouço institucional, incorporado ao Programa de Metas
2. Amplo diagnóstico para elaboração do Plano
3. Implantação e mobilização dos comitês regionais (política construída também de baixo para cima)
4. Integração das bases de dados: enxergar a criança como um todo. Permitirá diagnósticos intersetoriais por região
5. Elaboração de protocolos integrados de atenção à Primeira Infância em conjunto com comitês regionais
6. Envolvimento sociedade civil (FMCSV, Fundação Abrinq, Unicef, Instituto 0 a 6, BvLF)



Desafios

Diálogo interfederativo com diretrizes e desdobramentos nas redes setoriais

Organização orçamentária/ linha de ação intersetorial para a Primeira Infância nos PPAs

Articulação entre programas que demandam comitês intersetoriais

Integração de bases de dados para melhores diagnósticos intersetoriais

Integração de outras Secretarias nos comitês municipais (Cultura)

Fortalecimento da capacidade dos municípios para diagnóstico e planejamento

Desafios

Obtenção de reconhecimento e apoio político (Secretários e Prefeitos)

Continuidade nas mudanças de mandato

Níveis distintos de engajamento entre secretarias

Garantir espaço para boas práticas locais

Promover mudança na prática, transformando a cultura de trabalho das secretarias e equipes

- Resistências corporativas
- Rotatividade do pessoal finalístico
- Comunicação da estratégia intersetorial até a ponta

Sobrecarregar menos as famílias

Conclusões

Foco: amadurecer e efetivar intersetorialidade

LEIS E
NORMAS

PRIORIDADE
POLÍTICA

ENGAJAMENTO
INTEGRANTES

PULSO DE
REUNIÕES



Obrigada!

kiki@pacto.site

PACTO
organizações regenerativas

